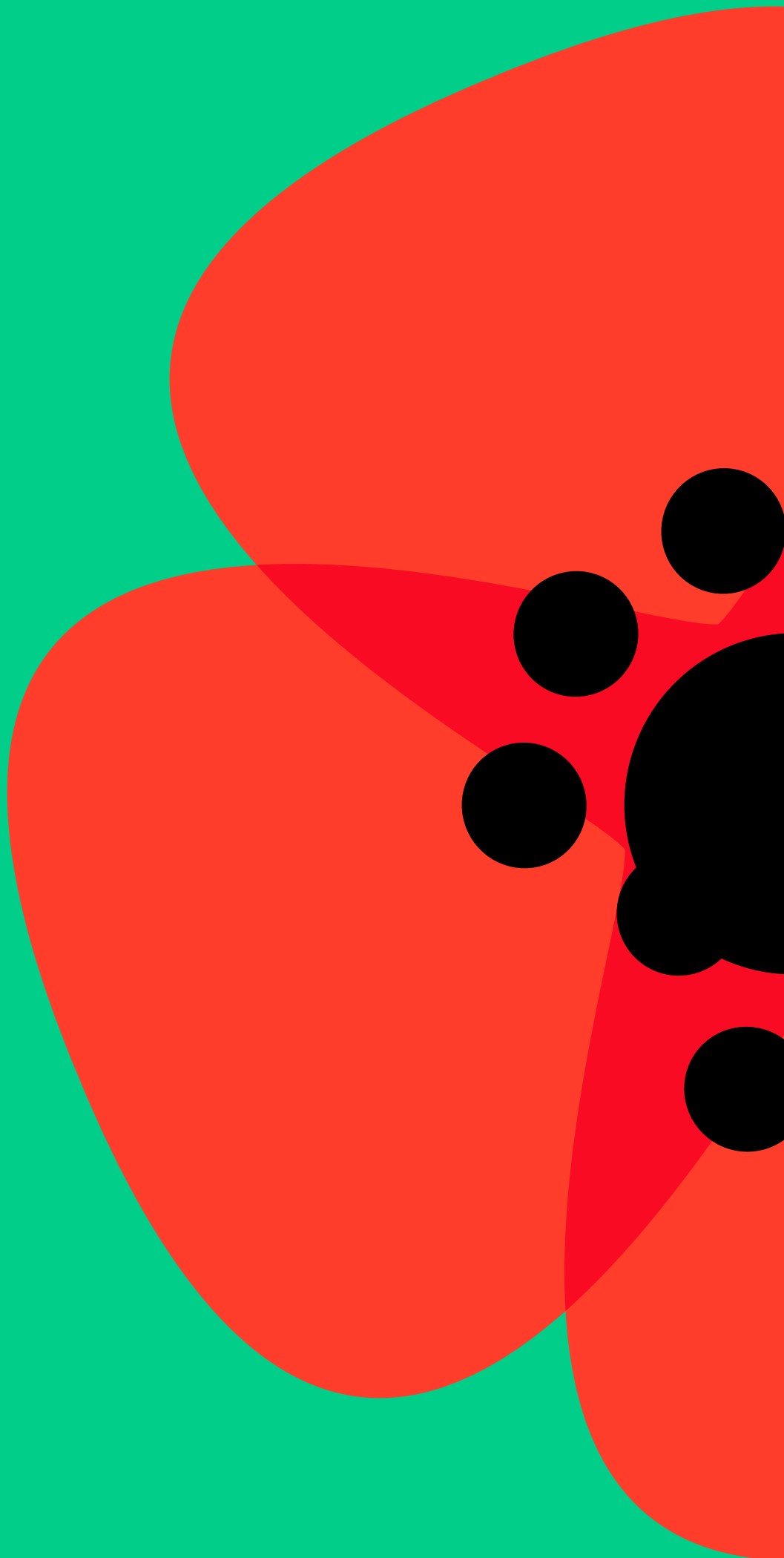


Manifesto Braga

LIVRE



Liberdade Esquerda Europa Ecologia

Versão

agosto
2021

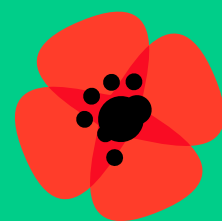
Índice

1	Ambiente e Sustentabilidade	pág. 6
<hr/>		
2	Direitos Sociais	pág. 15
<hr/>		
3	Mobilidade, Proximidade e Partilha	pág. 20
<hr/>		
4	Direitos Humanos e Dignidade	pág. 26
<hr/>		
5	Economia Responsável	pág. 29
<hr/>		
6	Cultura e Património	pág. 33
<hr/>		
7	Bem-estar dos animais não humanos	pág. 39
<hr/>		
8	Mais e melhor Democracia	pág. 43

Teresa Mota
Candidata

**Câmara Municipal
de Braga**





Ambiente e Sustentabilidade



A salvaguarda dos bens naturais é determinante para o nosso futuro comum, uma vez que providenciam ar, água, alimentos e energia, proteção e suporte e regulam o clima. No LIVRE sabemos que é prioritário reconciliar as dinâmicas naturais e a atividade humana de modo a proteger os bens naturais que se encontram ameaçados. É necessário reduzir o consumo, reutilizar e reciclar materiais, poupar energia e renaturalizar.

Proteção dos bens naturais

→ Adotar de uma Estratégia Municipal de Transformação Ecológica que constituirá a base da ação no concelho e que contemple:

- o aumento da Reserva Agrícola (RAN) e da Reserva Ecológica (REN) nacionais na revisão do próximo Plano Diretor Municipal (PDM),
- a implementação de uma infraestrutura verde com variedades de espécies

autóctones e tradicionais,

- a definição de critérios de sustentabilidade ambiental e energética na implementação de infraestruturas e equipamentos, construção/reabilitação de habitações e compras públicas,
- a promoção de áreas florestais ambientalmente responsáveis em articulação com os proprietários rurais e florestais do concelho,
- a reabilitação/criação de espaços verdes dentro da cidade e em seu redor (jardins e parques), com destaque para a articulação entre o Monte Picoto/ Parque das Camélias/ Parque da Ponte, Santa Marta das Cortiças e Parque das Sete Fontes,
- o apuramento da origem dos focos de poluição dos cursos de água, em particular do Rio Este e seus afluentes, e a tomada de medidas com vista ao seu fim,
- o aumento da área de solo permeável no concelho, exigindo

o cumprimento da lei no que respeita aos limites das áreas de impermeabilização do solo aquando da edificação de infraestruturas, equipamentos e habitações,

- a elaboração de um programa para a recuperação das margens e leito de cheia do Rio Este e seus afluentes e outros cursos de água do concelho

→ Apoiar a expansão de hortas urbanas e jardins agrícolas sustentáveis de diversas tipologias: familiares, comunitárias, escolares e outras.

→ Implementar a nível da cidade um projeto-piloto para desenvolvimento de agricultura vertical num espaço da autarquia.

→ Criar um Regulamento de Gestão do Arvoredo Municipal, de modo a acabar com as podas mal executadas, os cortes indiscriminados de vegetação e o abate de árvores.

→ Implementar um programa de recuperação das pedreiras abandonadas do concelho em

articulação com proprietários e a secção de Massas Minerais (Pedreiras) da Direção Geral de Energia e Geologia.

→ Fazer uma Carta Geológica e uma Carta Geotécnica do Município.

→ Criar a figura de guardas-rios no Município.

→ Promover medidas com vista ao uso responsável da água nos setores público e privado (consumo de água da torneira, escolha de plantas adaptadas ao clima local em jardins públicos para evitar rega excessiva, implementação de um sistema de captação de água pluviais para rega ou outros usos que não o consumo).

→ Remunicipalizar a AGERE, devolvendo aos cidadãos a exploração e distribuição da água, bem natural comum essencial à vida que deve ser administrado pelo poder autárquico e nunca mercantilizado, para que:

- seja possível a descida dos preços praticados pelos serviços prestados,
- se melhore e seja mais frequente

a limpeza de contentores de lixo e áreas circundantes, ruas, passeios e arruamentos,

- as lixeiras ilegais deixem de existir,
- o sistema de abastecimento de água seja mais resiliente,
- se possa estabelecer uma rede de rega concelhia,
- se proceda à construção de uma nova ETAR.

Redução da poluição e diminuição do consumo

→ Criar redes de monitorização da qualidade do ar e do ruído, principalmente nas avenidas da cidade com maior intensidade de trânsito automóvel e em áreas industriais.

→ Construir uma estratégia de combate à poluição luminosa e visual com vista à limitação de publicidade no espaço público (redução de outdoors e MUPIs, entre outros) e à implementação progressiva de iluminação através

de LED no espaço público.

→ Promover a redução do uso de plástico descartável nomeadamente em embalagens, copos e talheres de plástico, substituindo-os, sempre que possível, pela utilização de utensílios reutilizáveis e/ou recicláveis.

→ Mudar o paradigma na recolha e tratamento do lixo, adotando práticas que conduzam à sua separação e redução, mantenham o município limpo, promovam a economia circular e o consumo responsável:

- substituindo a atual Taxa de Gestão de Resíduos por um sistema “pague-o-que-produzir” de modo a desincentivar a produção de resíduos indiferenciados e mobilizar os cidadãos para a separação seletiva,
- promovendo a compostagem do lixo orgânico através da sua separação seletiva e da criação de centros de compostagem comunitários (com recolha, tratamento e valorização do lixo

orgânico produzido nos domicílios),

- implementando uma taxa municipal de entulho a aplicar de forma proporcional à quantidade de demolições e consequente entulho e lixo criado em obra,
- promover a desconstrução e reutilização de elementos construtivos.

→ Combater o desperdício alimentar local, fomentando a ligação entre estabelecimentos comerciais, associações e cidadãos de acordo com a Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar.

Energias renováveis

→ Incentivar a utilização de energia elétrica gerada a partir de fontes renováveis:

- dotando edifícios e infraestruturas públicas de meios para a produção de energias renováveis com vista ao auto-fornecimento,
- promovendo a formação de

cooperativas de produtores de energia e a existência de Comunidades de Energia Renováveis (CER) no concelho com o necessário apoio no acesso a informação técnica e financeira relacionadas com a sua criação,

- fomentando a participação de cooperativas e CER na estratégia de luta contra a pobreza energética,
- sempre que possível, fornecendo energia aos edifícios públicos através de cooperativas.

→ Estabelecer um regime de adoção de critérios de eficiência energética e acústica em novos edifícios, assim como na sua reconstrução e reabilitação.

→ Apoiar a reabilitação das habitações privadas de modo a garantir a combater a pobreza energética.

→ Incentivar a adoção de coberturas ajardinadas em novos edifícios ou em obras de remodelação de coberturas existentes.

Direitos Sociais



O Estado Social é imprescindível para se alcançarem níveis de coesão social desejáveis. Consideramos que só através de políticas públicas poderemos combater as assimetrias sociais e económicas existentes no município e garantir o acesso universal à saúde, à educação e à habitação condignas. Procurando explorar as competências atribuídas aos municípios nas áreas da saúde, educação e habitação, propomos medidas.

Na Saúde

- Aproximar o SNS das populações, de modo a permitir uma resposta mais eficaz às suas necessidades e combater o isolamento dos mais vulneráveis, nomeadamente os idosos.
- Criar equipas multidisciplinares nos serviços da autarquia, com especial atenção para a saúde mental.
- Acompanhar por intermédio de equipas multidisciplinares a saúde dos

idosos em situação de isolamento, designadamente no que toca à toma de medicamentos, tratamentos e deslocações, e, sempre que possível, em colaboração com os familiares.

→ Promover o exercício físico, principalmente através de trabalho nas escolas.

→ Garantir a testagem maciça e o acesso à vacinação contra a COVID-19.

Na Educação

→ Garantir que nenhuma criança ou jovem é prejudicado ao longo do seu percurso escolar, designadamente no acesso a atividades extra-curriculares ou no acompanhamento escolar suplementar.

→ Assegurar o ensino inclusivo, com destaque para o dirigido a alunos com ‘necessidades educativas especiais’.

→ Fomentar o exercício da cidadania das crianças e jovens na vida escolar e na da comunidade, sensibilizando-os para questões relativas aos vários

tipos de discriminações (étnico-raciais, de género, de orientação sexual, sociais, económicas, idade, pessoas portadoras de deficiência...) e à necessidade de práticas de inclusão.

→ Investir em infraestruturas e equipamentos tecnológicos que sejam bons coadjuvantes no processo de ensino/aprendizagem.

→ Promover a abertura do meio escolar enquanto espaço integrado na comunidade, de modo a permitir o envolvimento de cidadãos, associações e instituições exteriores ao contexto escolar oficial, ao mesmo tempo que se leva a sala de aulas para fora da escola.

→ Facilitar a articulação entre as escolas e espaços culturais (biblioteca, museus...), naturais (hortas, jardins, parques, quintas pedagógicas...) e científicos (Universidade do Minho, Instituto de Nanotecnologia, Instituto Politécnico do Cávado e Ave).

Na Habitação

- Assegurar a gestão pública de imóveis para arrendamento, aumentando o parque habitacional público e combatendo a segregação.
- Incentivar a criação de habitação através da economia cooperativa.
- Apoiar os arrendamentos de longa duração, nomeadamente nos bairros históricos, de modo a combater a sua gentrificação.
- Reabilitar imóveis públicos para fins habitacionais.
- Criar residências universitária, aproveitando espaços pertencentes à Universidade do Minho, à autarquia e ao Estado (Por exemplo, Escola Francisco Sanches, Edifício do Castelo, Escola D. Luis de Castro).
- Criar programas de incentivo ao alojamento intergeracional gracioso.

Mobilidade, Proximidade e Partilha

3

Para nós, a mobilidade é mais do que o desenvolvimento de infraestrutura e sistemas de transporte: é um novo modo de viver o espaço comum que permita que à comunidade encontrar-se e ultrapassar as barreiras sociais, económicas, políticas e físicas que ainda subsistem. O foco deve ser colocado no acesso aos locais de emprego, estudo, lazer, habitação e não apenas no sistema de transportes em si. A mobilidade quando assim pensada acaba por trazer largos benefícios sociais, ambientais, energéticos e de saúde.

- Defender Braga como cidade caminhável.
- Cumprir a Lei das Acessibilidades na via e edifícios públicos.
- Implementar a Visão Zero através da redução da velocidade e do aumento do número e área de zonas com circulação a 20 e 30 km/h e pedonais, privilegiando zonas habitacionais

e estabelecendo como regra a prioridade para peões e bicicletas.

- Eliminar as passagens pedonais desniveladas e favorecer as passagens pedonais de nível acessíveis a todos.
- Criação de rede de passeios acessíveis no concelho.
- Proceder à semaforização e correlativa colocação de passadeiras nas Avenidas António Macedo, Padre Júlio Fragata e Frei Bartolomeu dos Mártires de modo a criar ‘pelotões’ de atravessamento de peões e bicicletas ao longo das mesmas.
- Implementar ciclovias segregadas nas principais avenidas e ruas largura suficiente, de modo a impulsionar uma rede ciclável em articulação com o transporte público e acompanhada pela criação de estacionamentos adequados para bicicletas nos pontos de articulação.
- Priorizar o estabelecimento dos principais eixos para uma rede ciclável, como, por exemplo, o estabelecimento

do eixo entre a estação de comboios, o centro da cidade e o Campus de Gualtar da Universidade do Minho.

→ Promover a utilização da bicicleta como meio de transporte.

→ Reformular a rede dos TUB de modo a permitir a deslocação a partir do maior número possível de origens para o maior número possível de destinos (ligação direta entre os extremos da rede, vários destinos com a mesma origem, sobreposição de linhas) com rapidez, conforto e pontualidade.

→ Criar corredores BUS sempre que possível.

→ Reforçar as linhas dos TUB noturnas e aos fins-de-semana.

→ Reposicionar e requalificar os pontos de paragem e as infraestruturas das paragens dos TUB (mais eficazes, confortáveis e seguras; criação de estacionamento para bicicletas).

→ Reformular os títulos de transporte dos TUB, tornando-os mais acessíveis a todos os cidadãos e

criando diversas tipologias (diários, fim-de-semana, semanais, etc.).

→ Modernizar a frota de autocarros dos TUB de forma faseada para que se torne mais ecológica e garanta a acessibilidade por todos sem exceção.

→ Disponibilizar informação clara e inclusiva para qualquer cidadão acerca da rede, percursos e horários, tanto nas paragens das linhas dos TUB como noutros suportes.

→ Articular os TUB com os transportes dos concelhos vizinhos, o transporte ferroviário e zonas de estacionamento para veículos automóveis na periferia geográfica da cidade.

→ Criar novas centralidades no concelho promovendo a coexistência de serviços, comércio, trabalho e habitação tanto em zonas consolidadas como em novas, de modo a que as necessidades do dia-a-dia sejam asseguradas na rua, no bairro e/ou na freguesia.

→ Criar e/ou revitalizar locais de

encontro que possam ser usados por todos os cidadãos ao nível da rua, do bairro e/ou da freguesia: áreas verdes, jardins, praças, espaços de lazer e cultura.

→ Criar espaços de *co-work* que permitam fazer teletrabalho.

→ Aderir à rede internacional “Cidades das Crianças”, que promove a participação das crianças nas decisões que dizem respeito à sua vida no espaço público, contribuindo assim para a sua autonomia e direito a brincar.

Direitos Humanos e Dignidade



Cabe também às autarquias garantir que os Direitos Humanos e a Dignidade da pessoa humana não são negligenciados, especialmente em períodos conturbados como aquele que atravessamos. Pela proximidade que têm com a população, os órgãos do poder local devem responder a estes desafios adotando estratégias consistentes com os objetivos nacionais e orientadas pelas prioridades definidas a nível europeu.

→ Fazer da luta contra a violência doméstica uma prioridade do município, aprofundando a articulação entre as autoridades policiais, judiciárias e Organizações Não Governamentais (ONG).

→ Criar um Plano Municipal de apoio a pessoas sem abrigo, em situação de pobreza e exclusão social, através de programas como o *Housing First* e capacitando-as para a construção de um projeto de vida.

-
- Estabelecer como prioritário o combate no município a todo o tipo de discriminações (étnico-raciais, de género, de orientação sexual, sociais, económicas, idade, pessoas portadoras de deficiência...), em articulação com instituições municipais, empresas privadas, associações de cidadãos e ONG.
 - Criar um Plano Municipal de acolhimento de migrantes e inscrever Braga na rede internacional de cidades refúgio.
 - Envolver ONG e empresas de Braga na inserção profissional das pessoas sem abrigo, em situação de pobreza e exclusão social, migrantes e refugiados.
 - Implementar um projeto-piloto de Rendimento Básico Incondicional (RBI) no território concelhio em articulação com centros de investigação e a Associação RBI-P.

Economia Responsável

5

Um novo modelo de desenvolvimento local deve assentar numa economia de cooperação e solidariedade, que promove o conhecimento, a inovação e a sustentabilidade ambiental ao mesmo tempo que não deixa ninguém para trás.

→ Utilizar um Indicador Municipal de Bem-Estar para guia das políticas do município que tenha em conta os níveis de justiça social, igualdade de cidadãos e sustentabilidade ambiental.

→ Apoiar o desenvolvimento de cooperativas e empresas que promovam a produção e consumo sustentável de bens e/ou serviços produzidos a nível local através de apoios à fixação no concelho:

- simplificação de processos burocráticos,
- facilitação na atribuição de espaços de trabalho, por exemplo, através da requalificação de

espaços não utilizados em diversos locais da autarquia,

- criação de incentivos fiscais (diminuição do IMI e derrama na fase inicial de atividade),
- facilitação da articulação com centros de investigação da Universidade do Minho, Instituto Politécnico do Cávado e Ave e Instituto de Nanotecnologia.

→ Apoiar o comércio local em detrimento da aposta em grandes superfícies comerciais:

- através da qualificação dos espaços públicos em áreas de importância estratégica para o desenvolvimento do comércio de rua,
- com a recuperação de marcas históricas desaparecidas,
- com a criação de marca local atribuída a produtos e/ou serviços desenvolvidos do concelho,
- a qualificação dos Mercados Municipais em articulação com a marca local.

→ Estimular a produção e o consumo locais, incentivando as cadeias de consumo curtas e fomentando a dinâmica económica interna.

→ Incentivar o modo de produção biológica na agricultura e pecuária, fomentando as práticas ancestrais de cultivo combinadas com a difusão do conhecimento científico e tecnológico.

Cultura e Património



A cultura e o património cultural locais são para o LIVRE um pilar da democracia. A proteção do património material e imaterial são fundamentais para a preservação da memória coletiva e um contributo valioso para a (re)construção da História. Já o acesso, a participação e a criação cultural e artística deve ser democrática, sendo as autarquias um espaço privilegiado para o seu desenvolvimento.

→ Criar uma base de dados consultável pelos cidadãos que reúna informação dispersa sobre o património histórico e cultural do concelho.

→ Criar e implementar um plano de divulgação do património histórico e cultural do concelho.

→ Proceder aos necessários estudos geológicos e arqueológicos aquando de intervenções no subsolo, principalmente aquelas que se situam em zonas históricas e/ou na área de

imóveis de interesse patrimonial.

→ Identificar e cadastrar o património construído do concelho.

→ Acompanhar e zelar para que a integridade, estabilidade, valorização e enquadramento paisagístico do Convento das Convertidas não sejam ameaçados pela construção adjacente de uma unidade hoteleira.

→ Proteger e valorizar o Estado 1º de Maio e área ZEP envolvente devolvendo-os aos cidadãos.

→ Encontrar uma solução que proteja o Palácio da Dona Chica, em Palmeira, presentemente em acentuada degradação.

→ Restituir a Fábrica Confiança à comunidade bracarense enquanto espaço de memória, cidadania, cultura, conhecimento e partilha.

→ Promover o levantamento etnográfico da memória da comunidade e correlativos levantamento, preservação e estudo de acervos existentes em articulação

com centros de investigação.

→ Implementar programas de promoção do património local especialmente destinados aos cidadãos locais (com destaque para os mais idosos e os mais jovens):

visitas guiadas, pequenas exposições descentralizadas, ações de rua.

→ Efetivar o envolvimento dos agentes culturais locais e dos cidadãos na política cultural do município.

→ Promover a divulgação, em formato digital e de fácil acesso, da atividade cultural e do património material e imaterial do concelho, assim como informação acerca de associações culturais, científicas e artísticas.

→ Criar bolsas plurianuais destinadas à produção cultural no município e financiadas pelo orçamento municipal.

→ Implementar um programa de capacitação e ajuda às associações locais para acesso a financiamento da União Europeia.

→ Apoiar eventos culturais em

articulação com grupos de cidadãos, associações, escolas nos em diversos espaços municipais (auditórios, bibliotecas, jardins e praças públicos).

→ Criar/disponibilizar espaços públicos para uso livre de associações culturais.

→ Criar espaços de criação artística disseminados pela cidade, por exemplo, através da requalificação de espaços não utilizados ou subutilizados em diversos locais da autarquia.

→ Apoiar oficinas artesanais/formação de novos artesãos em espaços de criação artística.

→ Estabelecer um acordo com os proprietários do Cinema S. Geraldo e do Edifício Pé Alado com vista a uma solução de longo prazo que contemple a utilização cultural dos mesmos.

→ Promover e defender a arte urbana através, por exemplo, da atribuição de locais para realização de trabalho e exposição.

→ Criar bibliotecas ao ar livre e itinerantes em articulação com um programa de entrega de livros em casa a pedido dos leitores.

→ Criar uma ‘Universidade da Cidade’ em cooperação com a Universidade do Minho, o Instituto Politécnico do Cávado e Ave e o Instituto de Nanotecnologia que funcionará como uma escola de extensão com oferta de cursos livres, seminários e palestras destinados aos cidadãos.

→ Promover a dinamização de eventos relacionados com a biodiversidade e geodiversidade do concelho, e de observação astronómica em parceria com a Universidade do Minho, Instituto Politécnico do Cávado e Ave e o Instituto de Nanotecnologia e ONG.

→ Criar uma Rede de Consultores do Conhecimento que contemple elementos dos centros de investigação locais e que ajude a sustentar decisões políticas no conhecimento científico, filosófico e artístico.

Bem-estar dos animais não humanos



No LIVRE, respeitamos o valor intrínseco da vida de todos os animais, tal como assumido pela Declaração Universal dos Direitos do Animal, pelo que defende a necessidade de prevenir a ocorrência de qualquer ação humana que vise a utilização de animais para fins fúteis e promove de uma relação ética entre animais humanos e não humanos.

- Aprovar um Regulamento Municipal de Saúde e Bem-estar Animal.
- Criar um provedor municipal dos animais independente, dotado de orçamento, meios humanos e materiais adequados à implementação de uma estratégia de bem-estar animal.
- Remodelar/Construir um novo CRO (Centro de Recolha Oficial Animal) – sob tutela do município através da figura do Provedor Animal – com mais boxes para cães (no mínimo 100) e que contemple um gatil com acesso ao espaço exterior.
- Criar no CRO um centro veterinário

de atendimento permanente sem custos para animais errantes e para animais pertencentes a famílias em situação de carência económica.

→ Aumentar o financiamento do programa CED (Captura, Esterilização, Devolução) já existente em colaboração com as associações zoófilas do município.

→ Reforçar o acesso a consultas e tratamentos médico-veterinários, nomeadamente desparasitação, vacinação, esterilização e colocação de chip, aos animais de companhia de pessoas ou famílias carenciadas do município.

→ Desenvolver programas locais de identificação e monitorização de animais de companhia errantes, previamente esterilizados e desparasitados, em coordenação com o veterinário municipal e as associações zoófilas.

→ Implementar um projeto-piloto de construção de abrigos municipais para

colónias de gatos errantes seguindo o modelo da Casa dos Gatos implementado na freguesia de São Victor.

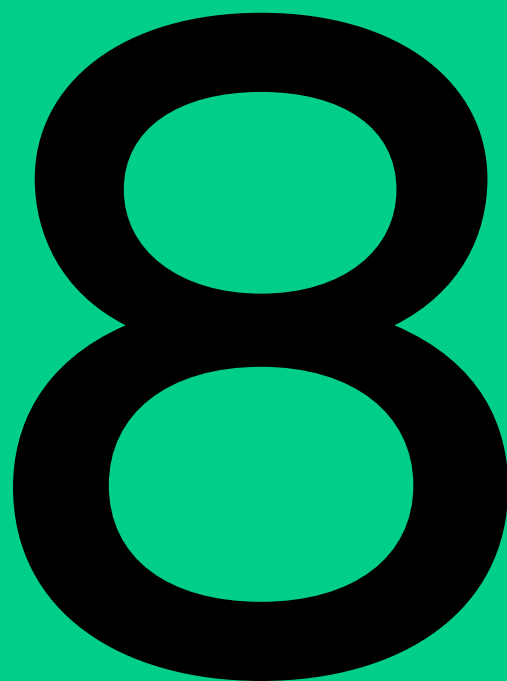
→ Dotar o território municipal de espaços ao ar livre devidamente localizados e equipados que possibilitem a sua utilização pelos animais de companhia e respetivos donos.

→ Criar um registo informático de todos os animais de companhia registados nas freguesias para que, em caso de perda ou abandono, seja possível identificar os seus detentores.

→ Realizar campanhas alertando para a importância da vacinação, esterilização e não abandono dos animais de companhia.

→ Realizar campanhas de sensibilização relativas ao bem-estar animal, incluindo o contexto de 'produção animal' local.

Mais
e melhor
Democracia



Acreditamos que a democracia só é possível se houver uma participação efetiva dos cidadãos nas decisões respeitantes à vida em comum. As autarquias configuram-se como a instância política por excelência onde é possível experimentar formas de democracia mais próximas, mais inclusivas, mais participativas e participadas e com impacto mais direto na vida da comunidade. Novas formas de democracia devem articular-se com as instituições de democracia representativa existentes e com a sociedade civil, quer por intermédio de movimentos de cidadania, quer por Organizações Não Governamentais, quer por coletividades.

→ Implementar um programa de fomento de participação cidadã na decisão política local através de uma diversidade de instrumentos: referendos, orçamentos participativos, assembleias cidadãs.

→ Integrar os cidadãos na conceção, desenvolvimento e concretização de atividades e estratégias locais como, por exemplo, planeamento da rua e/ou do bairro, mobilidade e acessibilidade, programação cultural, entre outros.

→ Promover a comunicação entre os representantes da autarquia e os cidadãos através de canais apropriados:

- criar uma página web própria para a Assembleia Municipal de Braga que permita a interação,
- implementar encontros regulares presenciais e/ou online,
- organizar com associações, coletividades e cidadãos sessões de conversas LIVREs dedicadas a temáticas diversas do interesse da comunidade.

→ Promover a adesão a redes europeias e globais de cidades progressistas, assumindo o municipalismo enquanto local privilegiado para experimentar

novas soluções e ideias, como parte estruturante do projeto europeu, como é o caso das Municipalities in Transition (Municípios em Transição).

→ Democratizar a participação cidadã nos atuais órgãos municipais, nomeadamente:

- reunindo em diversos locais de fácil acesso a todos os cidadãos, seja a pé, de bicicleta ou transportes públicos,
- realizando as sessões autárquicas em várias localidades do concelho com inclusão de temas de importância local,
- facilitando as intervenções do público nas Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia, com a possibilidade de intervir online e podendo tomar o uso da palavra no início, a meio ou no final.

→ Apostar na transição dos sistemas digitais proprietários para soluções baseadas em software livre. O dinheiro

poupado em licenças deve ser aplicado em serviços de desenvolvimento, manutenção e formação.

→ Assegurar o cumprimento dos direitos digitais dos cidadãos, nomeadamente privacidade, liberdade de expressão, não discriminação por algoritmos digitais, instituindo a figura de Responsável de Tecnologia e Direitos Digitais (CTO) municipal.

→ Promover a utilização de apps de sensorização e monitorização de dados públicos relevantes (qualidade do ar, qualidade da água, ruído, parâmetros de mobilidade, património edificado, biodiversidade, geodiversidade) e disponibilização dos dados numa plataforma de dados aberta.

→ Disponibilizar rede wifi pública de qualidade.

